uso não seja permitido para a realização da prova que vai prestar.

A desobediência a esta prescrição importa a expulsão e conseqüente perda do exame.

Só o presidente do júri ou algum dos vogais, com autorização dêle, poderá esclarecer os candidatos sobre a interpretação ou correcção de algum ponto que lhes pareça obscuro ou em que haja lapso. Os esclarecimentos ou correcções serão sempre feitos em voz alta.

O examinando que, por qualquer forma, cometa ou tente cometer fraude, em seu proveito ou no de outrem, será mandado retirar da sala, bem como aquele que dela se aproveitar, ficando ambos excluídos da prestação das provas.

Antes do começo da prova escrita do exame um dos membros do júri deverá dar conhecimento desta norma aos examinandos.

Os candidatos que nas provas escritas obtiverem média não inferior a 12 valores serão dispensados de prestar as orais, podendo, todavia, ser admitidos a prestá-las se assim o requererem ao presidente do júri dentro de quarenta e oito horas, a contar da afixação do resultado das provas escritas.

Os candidatos que nas provas escritas tiverem média inferior a 8 valores não serão admitidos às orais.

As provas orais de cada disciplina durarão de dez a quinze minutos.

Quando houver lugar à prestação de provas orais, a classificação final será a média das médias destas provas e das escritas, ficando, porém, excluídos os candidatos que tiverem nas provas orais média inferior a 10 valores.

Das decisões dos júris não haverá recurso.

7. Remessa das folhas de gratificações à Secretaria Geral do Ministério:

Logo que terminarem os trabalhos dos júris, os respectivos presidentes enviarão à Secretaria Geral do Ministério da Educação Nacional as folhas referentes às gratificações e às ajudas de custo a que tiverem direito os membros dos júris.

8. Época de Outubro. — Aos exames de aptidão a realizar na próxima época de Outubro serão admitidos:

a) Os candidatos residentes nas ilhas adjacentes e no ultramar português;

b) Os candidatos que só em Outubro preencherem as condições de admissão.

No Instituto Superior Técnico serão também admitidos os candidatos que não se encontrem nas condições previstas nas alíneas anteriores.

As datas das provas serão oportunamente fixadas.

9. Conclusão do curso liceal para os candidatos reprovados no exame de aptidão. — Aos candidatos que requererem exame de aptidão nos termos do decreto-lei n.º 26:594, de 15 de Maio de 1936, e que ficarem reprovados no exame de aptidão é permitido requerer, em época diferente, no seu liceu ou no da sua zona pedagógica, os exames singulares das disciplinas sobre que aquele versou, para o efeito de obterem a carta do curso complementar ou do 3.º ciclo liceal, com dispensa de exame naquelas em que hajam obtido, pelo menos, média de 10 valores.

10. Conclusão do curso liceal para os candidatos que requererem exame de aptidão nos termos do decreto-lei n.º 31:255, de 6 de Maio de 1941. — Os candidatos que no corrente ano obtiverem aprovação em todas as disciplinas que constituem qualquer dos grupos referidos no artigo 1.º do decreto-lei n.º 31:255, de 6 de Maio de

1941, podem concluir o 3.º ciclo fazendo, na época de Outubro, exame das restantes disciplinas, ainda que nestas tenham perdido a frequência ou sido reprovados na época de Julho.

11. Realização de mais de um exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades. — Só será permitida se as condições legais de admissão aos exames que o candidato pretende requerer forem as mesmas, salvo quando o candidato possuir a habilitação completa do antigo 3.º ciclo liceal ou dos dois cursos complementares, e se não houver incompatibilidade de horários.

A aprovação em mais de um exame de aptidão não dá, em caso algum, direito a seguir simultaneamente mais de um curso.

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 23 de Julho de 1945. — O Director Geral, *João Alexandre Ferreira de Almeida*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:780

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º e seu § único do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 9.000\$, destinado ao pagamento dos vencimentos de um primeiro oficial nos meses de Julho a Dezembro de 1945, devendo a mesma importância ser incluída em relação à rubrica «1 primeiro oficial» descrita sob o n.º 1) do artigo 834.º, capítulo 6.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º São anuladas as importâncias de 7.200\$ e 1.800\$ respectivamente nas verbas inscritas no n.º 1) do artigo 25.º, capítulo 2.º, e n.º 2) do artigo 64.º, capítulo 3.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional.

Art. 3.º No orçamento em vigor no Ministério da Educação Nacional são efectuadas as seguintes alterações:

CAPÍTULO 2.º

Despesas com o pessoal:

Artigo 25.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:

A nota (c) passa a ter a seguinte redacção:

(c) Destacado na Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

CAPÍTULO 3.º

Despesas com o pessoal:

Artigo 64.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

2) Pessoal destacado de outros serviços do Estado:

A rubrica

1 primeiro oficial (b).

e a nota

(b) Pertence ao quadro da Direcção Geral do Ensino Primário.

são substituídas, respectivamente, pelas seguintes :

1 segundo oficial (b).

(b) Pertence ao quadro da Inspekção dos Espectáculos.

CAPÍTULO 6.º

Despesas com o pessoal :

Artigo 834.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício :

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei :

É anulada a nota que diz :

(a) Presta serviço na Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Julho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caetano da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Decreto n.º 34:781

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte :

Artigo 1.º E aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 8.400\$, destinado a «Aquisições de utilização permanente — Móveis», devendo a mesma importância ser adicionada à verba de 3.500\$ inscrita no n.º 1) do artigo 11.º, capítulo 2.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 8.400\$ na verba inscrita no n.º 1) do artigo 8.º, capítulo 2.º, do mesmo orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Julho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caetano da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.